

entrava em derrocada: o poder popular, que tanto se haviam esforçado por gerar, defendendo a idéia da convocação de uma Constituinte e do recrutamento de seus membros por via direta, na consulta mais ampla que as condições do tempo permitiam, fora podada, de início, com a eleição indireta e, depois, com a redução dos poderes da Assembléia, agora dissolvida. Os avanços progressivos eram respondidos com o súbito e total recuo: a classe dominante apoderava-se do comando, exercendo-o em sua plenitude. Para isso, teria de, tomando medidas violentas, suprimir todas as manifestações de liberdade, inclusive e principalmente a de imprensa.

Era o primeiro retrocesso no longo e tortuoso processo da Independência; não seria o único. Como o avanço anterior não havia sido o único. Entre o fechamento da Constituinte e o movimento de Sete de Abril, decorre nova etapa, em que, gradativamente, as liberdades vão sendo reconquistadas, até o episódio da abdicação, quando se abre a etapa libertária por excelência, a do período regencial em que, com um regente eleito e com um legislativo renovado, o problema da liberdade é recolocado e parece preponderar. É, por isso mesmo, período rico, quanto à imprensa, quando aparecem, e proliferam, os periódicos, até aqui mal situados, os jornais de circunstância, de combate, de linguagem virulenta, em que a historiografia oficial tem visto apenas os aspectos negativos, sem sentir neles o fecundo exemplo de sentido libertário e de avanço no esclarecimento da opinião.